



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6202

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Créditos (especiais, suplementos, prêmios, adicionais e firma Convênio)

Autoria: Executivo Municipal

Data: 16/08/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 68/2005. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, para criação e implantação do "Restaurante Popular" no município de Montes Claros, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 05

Posição: 59

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: crédito
Cr: 05
Ordem: 59
nº fls: 03



68/2005

13.09.2005

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI N° / 2005

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional

especial ao orçamento vigente e dá outras providências.

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - **Entrada em 16/08/2005**
- 4 - **Comissão de Legislação e Justiça**
- 5 - *VISTAS POR 3 FIAS. EM. 23.08.2005*
- 6 - *APROVADO EM 1ª EM. 30.08.2005*
- 7 - *APROVADO EM 2ª EM. 06.09.2005*
- 8 - *EMENDA RETRATADA DE TRAMITAÇÃO*
- 9 - *PELO AUTOR*
- 10 - *APROVADO EM 3ª EM. 13.09.2005*



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Procuradoria-Geral

At. Coar. 16/08/05
[Signature]

PROJETO DE LEI Nº _____/2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros – MG., por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, autorizado a incluir no Programa 021-Desenvolvimento Social, do PPA (Plano Plurianual) 2002-2005, o projeto de implantação do Restaurante Popular.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e implantar o Restaurante Popular do Município de Montes Claros.

Parágrafo único - O Programa de Restaurantes Populares é um dos programas da Política Nacional de Segurança Alimentar, implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e será gerenciado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – SMDAS.

Art. 3º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento de 2005, para implantação do Restaurante Popular, através da seguinte dotação orçamentária

09.02-08.306.021.1.066/44.90.51.02/44.90.52.02
R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 4º- Para atender a abertura do crédito a que se refere o art. 3º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, no valor que menciona, as seguintes dotações orçamentárias:

09.02.08.244.0021.1.021000-4.4.90.51.02
R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

09.06.16.482.0020.1.029000-4.4.90.51.01
R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)

09.06.16.482.0020.2.073000-3.3.90.00.00
R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Total : R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Art. 4º- A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 11 de agosto de 2005.

[Signature]
Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 16 DE AGOSTO DE 2005
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE ORÇAMENTO
E TOMADA DE CONTAS
EM 16 DE AGOSTO DE 2005
PRESIDENTE

Projeto legal e constitucional de acordo. Sugestão encaminhamento ao Plenário.

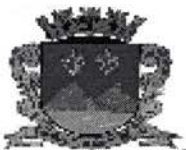
De acordo. Pelo encaminhamiento ao Plenário. 22.08.2005

Reunião de Mesa Diretora de acordo
23
05
05

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 30 DE AGOSTO DE 2005
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
EM 06 DE SETEMBRO DE 2005
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR
EM 13 DE SETEMBRO DE 2005
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Procuradoria-Geral

Montes Claros, 11 de agosto de 2005.

Ofício nº: PJ/ 070/2005

Assunto: Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar à V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos incluir no PPA (Plano Plurianual) 2002-2005, o projeto de implantação do Restaurante Popular e abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente.

O presente projeto de lei visa criar condições do município em participar do Programa de Combate à Fome, implementado pelo Governo Federal.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, pois demonstra a preocupação do Município em facilitar o acesso da população ao mercado de alimentos, com qualidade, objetivando a ampliação da oferta e redução dos preços relativos dos produtos alimentícios e colaborando no combate à fome e a desnutrição no Município de Montes Claros, acreditamos que V. Exa. e os seus pares, imbuídos no mesmo espírito, certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*As Coleções
30/08/05*
*Recebido
06/09/05*

EMENDA AO PROJETO DE LEI ____/2005, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMENDA ÚNICA – O Art. 2º, do Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e implantar o Restaurante Popular no Mercado Central Municipal, neste Município de Montes Claros.”

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 30 de agosto de 2005.

Rosemberg dos Anjos Medeiros
Vereador – **Rosemberg dos Anjos Medeiros**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “ Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Rosemberg Dos Anjos Medeiros.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda sob comento altera o Art. 2º do projeto de lei que pede autorização para o Executivo Municipal abrir crédito adicional especial ao orçamento no intuito de criar e implementar o Restaurante Popular do Município de Montes Claros.

Dita alteração estabelece o local onde o Restaurante Popular deverá ser construído, a saber, no Mercado Central Municipal.

Reza o Artigo 3º da Lei Orgânica Municipal:


“Art. 3º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.”

Então, ao se estabelecer o local onde deverá ser construído o referido “Restaurante Popular”, ao nosso sentir, estaria ocorrendo uma ingerência do entre os poderes, fato este vedado pela Lei Orgânica.

Em face ao exposto, a Emenda fere e contraria a Lei Orgânica Municipal, bem como, a própria Constituição Federal que também prevê referida independência entre os poderes e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 05 de setembro de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Autoriza o poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências” de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


A iniciativa de Leis que solicitem a abertura de crédito adicional ao orçamento, bem como, a anulação parcial de dotações existentes é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de agosto de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605